

1 **MINUTA ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-PIRACICABA**

2 No dia 19 de fevereiro de 2024, às 14h00, teve início de forma tele presencial, a
3 40ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba –
4 CBH-Piracicaba. Dando início às atividades, o presidente do CBH-Piracicaba,
5 Jorge Borges, cumprimentou os conselheiros presentes e agradeceu a presença
6 de todos. Logo após, iniciou a conferência de quórum, efetuando a chamada dos
7 conselheiros. Constatou-se a presença de 21 conselheiros, preenchendo a
8 quantidade mínima de participantes presentes, que seriam 19. Passou-se então
9 para a próxima etapa da pauta, a primeira deliberativa, quando se aprovou sem
10 objeções e abstenções a ata da 39ª reunião extraordinária, realizada no dia 19 de
11 dezembro de 2023. Na sequência, a analista da AGEDoce iniciou-se o principal
12 item de pauta, que é a análise e deliberação dos processos de outorga recebidos
13 pelo CBH-Piracicaba, processo de Outorga nº 05.779/2010-CEMIG. A princípio,
14 passou-se a palavra ao empreendedor, representado por seu colaborador Dênio,
15 do setor de recursos hídricos. Este iniciou apresentando a usina PCH Peti. A usina
16 foi construída no município de Santa Bárbara, afluente do Rio Piracicaba, no
17 município de São Gonçalo do Rio Abaixo. Continuando, apresentou também os
18 componentes da usina, como a barragem e a chaminé de equilíbrio e suas
19 características e funções. Logo após, falou sobre o impacto energético e a
20 garantia física. A garantia física representa a capacidade da estação de
21 disponibilizar energia para abastecimento. Em resumo, é o que a usina entrega à
22 população. Finalizando sua apresentação, o representante da CEMIG
23 argumentou em favor do não aumento da vazão da barragem, pois isto faria com
24 que reduzisse a capacidade de geração da usina, por ser uma água que não
25 passa pelas turbinas. Além disso, essa vazão atual é praticada desde 1946 e não
26 há captação ou uso de terceiros à jusante da barragem. Ato contínuo, a palavra
27 foi passada ao representante da FEAM, Wesley. De início, foi apresentado
28 também as características da usina, através de dados técnicos de aproveitamento
29 hidro energético. Através de software topográfico apresentou também as
30 características geográficas do empreendimento. Em seguida, mostrou o histórico
31 processual da usina, que se inicia em 2007, através do processo

32 06192/2006/001/2007. Dando continuidade à reunião, a palavra foi passada então
33 ao assessor da AGEDoce, Alex, para apresentar o parecer da agência delegatária
34 em relação à solicitação da outorga. A análise foi baseada em 4 quesitos, sendo
35 eles: A prioridade; a classe de enquadramento, sendo classificado o curso d'água
36 como de classe 1 e a casa de força como classe 2; a manutenção das condições
37 do transporte hidroviário, o que não é o caso, por não serem identificados
38 transportes no trecho; e a preservação dos usos múltiplos, seguindo as leis federal
39 e estadual, que orientam este quesito. Com base no parecer técnico do
40 IGAM/URGA, deferindo a solicitação, não sendo identificadas interferências
41 provocadas pela intervenção, a AGEDoce recomenda que seja deferido o pedido
42 com as seguintes condicionantes: Inserir programa de monitoramento das águas
43 do empreendimento, encaminhando resultados anuais; apresentar às entidades
44 responsáveis estudos de otimização energética e uso de recursos hídricos para
45 parcela de incremento da vazão residual à jusante, conforme decisão do CBH-
46 Piracicaba. Dando sequência a analista do administrativo Juliana apresentou o
47 parecer técnico das câmaras técnicas CTIL e CTOC. Foi sugerido aprovação do
48 pedido, mediante atendimento das mesmas condicionantes apresentadas pelo
49 parecer técnico da agência delegatária. Após apresentar o parecer, a
50 representante da AGEDoce passou a palavra aos conselheiros representantes
51 das câmaras técnicas para que complementassem o parecer das CT's. O
52 conselheiro Geraldo Magela questionou o que efetivamente se altera com essa
53 solicitação do usuário. Questionou também se existe algum programa ou estudo
54 da CEMIG para manutenção dos recursos hídricos. O conselheiro José Ângelo
55 Paganini complementou dizendo que a câmara técnica considera a vazão de 50%
56 do trecho baixa e que fosse aumentada. O conselheiro Paulo Henrique também
57 pediu a palavra e questionou a necessidade de impor à CEMIG a obrigação de
58 entrega de estudos relacionados à otimização energética, uma vez que os
59 pareceres apresentados não demonstraram grandes impactos ao meio ambiente
60 como um todo. O membro da diretoria do CBH – Piracicaba, José Augusto
61 observou que o argumento de o empreendimento ter iniciado seus exercícios em
62 1946 não se justifica, por se tratar de um período longínquo, onde a sociedade se
63 configurava de outra maneira, bem como o meio ambiente. Aproveitou a posse da

64 palavra e indagou quais seriam os planos da CEMIG em relação às mudanças
65 climáticas. O representante do empreendimento Dênio respondeu que esta
66 resposta é complexa para se responder de prontidão, mas que a empresa faz o
67 máximo possível para contribuir ante o problema. O conselheiro Geraldo Magela
68 perguntou se existe algum tipo de programa de preservação de nascentes, sendo
69 respondido pelo Engenheiro Ambiental da CEMIG, Pedro, de que não existe um
70 programa específico para nascentes, mas que existem projetos de preservação e
71 recuperação de APP's. Aparecida Vargas, da ABRAGEL disse estar preocupada
72 de a discussão estar saindo do escopo de recursos hídricos e caindo no contexto
73 do licenciamento ambiental. O conselheiro Paganini respondeu que a câmara
74 técnica pensa cobrar aquilo que julga necessário relacionado aos recursos
75 hídricos e que não existe outorga sem análise ambiental. O conselheiro Anderson
76 Jesus enfatizou o argumento de Paganini e disse que é importante que se faça o
77 estudo, uma vez que exista dúvida do percentual de vazão a se estabelecer que
78 seja sustentável. Bruno Simoni, representante da Anglogold pediu para que os
79 conselheiros ponderassem que não se trata de avaliar o rio como um todo, mas
80 apenas o trecho da usina, sendo o requerimento possível e previsto em legislação.
81 Jorge Borges, conselheiro do CBH-Piracicaba, pediu a palavra e trouxe cálculos
82 demonstrando a importância de se estudar detalhadamente a vazão solicitada do
83 empreendimento, pois o número de vazão normalmente dimensionado em outros
84 empreendimentos compreende metade do dimensionamento deste. Em
85 contrapartida, a representante da ABRAGEL trouxe de volta a discussão de o
86 deferimento ou não da outorga estar adentrando no campo do licenciamento
87 ambiental e não caber à câmara técnica entrar neste escopo, por não serem
88 especialistas na área. Encerrando a discussão, o conselheiro Franciso de Assis
89 ressaltou que as câmaras técnicas têm este papel de discussão e que devem sim
90 questionar inclusive nas partes técnicas dos empreendimentos. A analista da
91 AGEDoce Juliana frisou que existe a DN que autoriza o CBH para deliberar ou
92 não as solicitações de outorga que venham a ser requeridos. Perguntou também
93 ao conselheiro Geraldo qual alteração especificamente ele gostaria que fosse
94 adicionado. Assim, foi alterado o parágrafo, acrescentando que seja informado os
95 dados de vazão dos afluentes e efluentes. Foi colocada então a solicitação de

96 outorga para aprovação dos conselheiros presentes, sendo 27 votos aprovando a
97 solicitação de maneira unânime. A palavra foi passada ao presidente do comitê,
98 Jorge Borges, que agradeceu a presença de todos. Sem mais itens de pauta, e
99 não havendo nenhum informe dos conselheiros, a reunião foi encerrada por volta
100 das 17h30. A gravação da plenária está disponível no canal Comitês de Bacia
101 Hidrográfica do Rio Doce, no YouTube, e poderá ser acessada pelos links:

102 <https://www.youtube.com/watch?v=faYkW4Ch65o>

103

104

105

JORGE MARTINS BORGES
Presidente do CBH-Piracicaba

MANUTIDA